

## PALAVRA DO EDITOR

*Desde 1988 o Estado do Rio vem sendo castigado pela perda crescente de divisas, sob os auspícios da Constituição Federal. A taxação do petróleo no destino – e não na origem – representa uma injustiça histórica com o maior produtor de petróleo do País. Chegou a hora de corrigir esse equívoco. Daí a mobilização dos deputados estaduais em torno do projeto que institui a cobrança de ICMS sobre a extração de petróleo em solo fluminense. A mensagem tramita em regime de urgência na Casa e, se for aprovada, representará o ingresso de R\$ 1 bilhão por ano nos cofres estaduais.*

*Não se trata, porém, de compensar o Rio somente pelos prejuízos econômicos. É fundamental que o dinheiro arrecadado com a taxação do petróleo seja revertido em favor de áreas essenciais, como Saúde, Educação e Segurança. As repercussões sociais são evidentes e aguardadas com ansiedade pela população.*

*Longe de declarar guerra ao Governo federal, o Rio corre atrás do tempo perdido. O próximo passo dessa empreitada será garantir os recursos necessários à construção da Refinaria Barbosa Lima Sobrinho, no Norte Fluminense. Ao encampar esses projetos, a Alerj assume a linha de frente de um movimento em defesa do Estado.*

**Gabriel Oliven**

**Diretor de Comunicação Social**

## EXPEDIENTE

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro  
dcs@alerj.rj.gov.br

Presidente: JORGE PICCIANI  
1º Vice-presidente: Heloneida Studart  
2º Vice-presidente: José Távora  
3º Vice-presidente: Pedro Fernandes  
4º Vice-presidente: Fábio Silva  
1ª Secretária: Graça Matos  
2ª Secretário: Léo Vivas  
3º Secretário: Marco Figueiredo  
4º Secretário: Nelson do Posto

Jornalista responsável: Gabriel Oliven (Mat. 14954/88)  
Coordenadora: Sônia Moreira  
Repórteres: Erika Junger e Fernanda Galvão  
Estagiários: Fernanda Pizzotti, Fernanda Porto, Florence Jacq, Gabriel Mendes, Leandro Marins, Leonardo Hazan, Melissa Ornelas, Ramien Brum  
Fotografia: Daniela Barcellos  
Diagramação: Talitha Magalhães  
Projeto gráfico: Nel Figueiredo  
Coordenação Gráfica: Aranha  
Montagem: Silvana Abreu e Carlos Renes  
Impressão Digital: Gráfica Alerj  
Tiragem: 2.000 exemplares

# Plenário lotado para o Parlamento Juvenil

PRESIDENTE DA ALERJ E SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO ASSINAM CONVÊNIO

Fotos Daniela Barcellos



Deputados, estudantes e professores da rede estadual participaram da assinatura do convênio

**ERIKA JUNGER**

Em breve, o plenário da Assembléia Legislativa será tomado pelas vozes de dezenas de estudantes do ensino público estadual. Com o plenário lotado de estudantes e líderes políticos do Estado, a Alerj assinou, no último dia 21, convênio com a Secretaria de Educação que cria o projeto Parlamento Juvenil. O objetivo é formar líderes políticos e estudantes participativos, conscientes de sua cidadania. O presidente da Casa e idealizador do projeto, deputado Jorge Picciani (PMDB), acredita que a iniciativa abrirá um canal de ligação entre aqueles que regem o Rio: Legislativo, Executivo e Judiciário.

A idéia é eleger um estudante em cada um dos 92 municípios do Estado e transformá-lo em deputado por uma semana. A eleição será em dois turnos: no dia 29 de agosto, cada escola escolherá um aluno e, em 22 setembro, os alunos decidirão, entre os vencedores da 1ª fase aquele que representará seu município. O resultado sai no dia 26 do mesmo mês. Os candidatos poderão organizar campanhas com debates e exposição de suas idéias. Somente estudantes cursando o Ensino Fundamental ou Médio, e com 18 anos incompletos, participarão do processo. Uma vez eleito, o aluno será treinado sobre as atribuições e competências



Jorge Picciani e a secretária Darclia Leite

de um parlamentar. Em dezembro eles começarão a exercer o mandato.

Picciani garante que o projeto visa defender um esforço conjunto para que a população possa conquistar a cidadania, conhecendo a fundo seus direitos e deveres. “Nesse sentido, a educação dos jovens e o conhecimento das estruturas de poder são prioritários. Conhecer os mecanismos da relação entre os poderes e como as necessidades coletivas se transformam em lei é um passo importante na conquista da cidadania e na valorização do Legislativo”, aponta.

A secretária estadual de Educação Darclia Leite acha a iniciativa de grande importância para a criação de uma sociedade mais justa, além de ser o primeiro passo para garantir um ensino público que promova a democracia. “A iniciativa dá mais uma demonstração do compromisso dos parlamentares com a cidadania e a democracia”, diz ela.